



ACESSIBILIDADE E MEDIAÇÃO CULTURAL: UMA REFLEXÃO E APROXIMAÇÃO ENTRE CONCEPÇÕES

ACCESSIBILITY AND CULTURAL MEDIATION: A REFLECTION AND APPROACH BETWEEN CONCEPTIONS

DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984317814042018147>

Amanda Midori da Costa Suzuki

Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto
amandasuzuki2@gmail.com

RESUMO

O presente artigo realiza uma reflexão conceitual crítica acerca dos termos “mediação cultural” e “acessibilidade”, objetivando ampliar compreensões sobre concepções e visões de mundo ativadas a partir do sentido dado aos termos, visando complexificar o modo de atuação na área. Fundamentada numa abordagem teórica, a investigação teve início com um levantamento bibliográfico que constatou uma escassez na literatura nacional frente à conceitualização da articulação temática “mediação cultural e acessibilidade”. O estudo desenvolvido baseia-se em marcos regulatórios internacionais e em legislação e publicações nacionais que apresentam o posicionamento brasileiro relacionado ao tema. Num primeiro momento os termos são analisados de maneira independente entre si, para depois serem revistos quando aplicados conjuntamente no contexto brasileiro. O levantamento de concepções acerca da “mediação cultural” chegou à compreensão do mediador cultural como um agente que potencializa a construção de interpretações e trocas sociais, revendo-se criticamente por meio da metamediação. Por sua vez, as transformações conceituais do termo “acessibilidade”, evidenciadas no texto, direcionaram-nos para a promoção da inclusão de todas as pessoas. Por fim, constatou-se que nas instituições culturais nacionais a “mediação cultural” e a “acessibilidade” necessitam extravasar a delimitação dos setores educativos, de modo a efetivar-se uma inclusão sociocultural plena de indivíduos e comunidades.

Palavras-chave: Mediação cultural. Acessibilidade. Educação museal.

ABSTRACT

This article presents a critical conceptual reflection about the terms "cultural mediation" and "accessibility", aiming to broaden understandings about conceptions and visions of the world activated from the sense given to the terms, intending to complex the acting in this field. Based on a theoretical approach, the research began with a bibliographical survey that found a shortage in the national literature about the conceptualization of the thematic articulation "cultural mediation and accessibility". The study is based on international regulatory frameworks and national legislation and publications that present the Brazilian positioning related to the theme. At first, the terms are analyzed independently of each other, and then are revised when applied jointly in the Brazilian context. The survey about "cultural mediation" has arrived to the understanding of the cultural mediator as an agent that potentiates the construction of interpretations and social exchanges, being critically reviewed through metamediation. In turn, the conceptual developments of the term "accessibility" has directed us to promote the inclusion of all people. Lastly, we have verified that "cultural mediation" and "accessibility" need to go beyond the delimitation of the educational sectors in the national cultural institutions, in order to achieve full sociocultural inclusion of individuals and communities.

Keywords: Cultural mediation. Accessibility. Museum education.



1 INTRODUÇÃO

“[...] a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. [...] De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente.” (Paulo Freire)

Os sentidos das palavras importam. Dão-nos direção, carregam intencionalidades e quando o mesmo significado é compreendido por vários indivíduos efetiva-se a comunicação, abrindo espaço para a construção da esfera comum, partilhada pelo coletivo. Como Paulo Freire (2001) nos ensina, as palavras estão grávidas de mundo, incorporam experiências de vida e contextos culturais que são geradores de cada sujeito leitor. Refletir sobre o sentido que damos às palavras poderá transformar não apenas a nossa interpretação dos textos, mas também provocar mudanças no modo como nos relacionamos e nos afirmamos frente aos textos e contextos onde algumas palavras residem.

No presente artigo nos debruçaremos sobre algumas possibilidades de concepções existentes nos termos mediação cultural e acessibilidade, visando conhecer e expor distintas visões de mundo a fim de delimitar aquela que reflita o enquadramento e o direcionamento que consideramos ser pertinentes para o uso e a reflexão sobre tais termos na atualidade.

Fundamentada numa abordagem teórica, esta investigação foi iniciada a partir de um levantamento bibliográfico de produções científicas e acadêmicas, através do qual objetivou-se reconhecer o estado da produção de conhecimento em âmbito brasileiro acerca da articulação temática acessibilidade e mediação cultural, almejando-se identificar possíveis desenvolvimentos conceituais entre os temas. Importa referir que procurou-se por textos que não apenas expusessem práticas realizadas no campo comum entre a acessibilidade e a mediação cultural, mas que



conceitualizassem e contextualizassem o sentido adotado na utilização de um e outro termo em suas práticas.

Para tal, procedeu-se à pesquisa em três bases de dados reconhecidas por sua capacidade de indexação de artigos, dissertações e teses no Brasil, sendo elas: a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, na qual participam cento e seis instituições de ensino e pesquisa nacionais – dentre as quais estão os principais centros de pesquisa – com seus repositórios institucionais e bibliotecas digitais de dissertações e teses; o Scielo, que abarca uma rede de periódicos nacionais com reconhecida importância científica; e o Google Acadêmico, escolhido por atribuir ordem de relevância às produções acadêmicas e científicas mais citadas e possibilitar acessar materiais que ainda não estão indexados nas duas bases de dados anteriores. A implementação da pesquisa utilizou como buscadores as palavras-chave a seguir, sendo cada par conjugado na mesma busca: acessibilidade e mediação cultural; acessibilidade e museu; e acessibilidade e cultura. Os campos de busca foram: título, assunto e resumo. Utilizou-se como critérios de inclusão: produções realizadas em território brasileiro; e a análise dos resumos e sumários – o que permitiu filtrar as pesquisas cujos escopos e desenvolvimentos conceituais tivessem afinidade com o tema de estudo¹.

Foram encontrados onze documentos de nove autorias diferentes (ver “Quadro 1”). A leitura e a análise dos textos nos permitiu constatar que cinco deles apresentam desenvolvimento e conceitualização acerca dos termos mediação cultural e acessibilidade, mesmo que com profundidades diferentes, colaborando para a reflexão e aproximação conceitual aqui pretendida, sendo eles: Tojal (2007), Sarraf (2008, 2013), Avelar (2014) e Bonito (2015). Os seis outros estudos, Tavares (2011), Vilela (2012), Gil (2013), Ribeiro (2014), Michelin e Salazar (2015) e Tojal (2015), apesar das pesquisas moverem-se no campo da articulação temática base desta investigação, foram considerados de menor impacto para o levantamento

1 Referentemente ao Google Acadêmico, cujo processo de busca é simplificado e pouco direcionado, optamos por pesquisar um par de palavras-chave por vez, selecionando ou excluindo os itens encontrados de acordo com o escopo do estudo, perceptível no título e na análise dos resumos. A pesquisa estendeu-se até a décima página virtual de cada busca.



bibliográfico, uma vez que não contextualizam e redefinem de maneira crítica e adensada suas concepções sobre acessibilidade e mediação cultural.

O levantamento bibliográfico, como procedimento inicial da investigação, levou-nos a constatar que nos últimos onze anos tem havido maior produção acadêmica e científica nacional na área da articulação temática mediação cultural e acessibilidade, com diferentes objetivos de estudo, mas ainda são poucas as investigações que em suas elaborações desenvolvem posturas e reflexões críticas acuradas e aprofundadas acerca dos conceitos em questão. Além disso, com exceção de Sarraf (2013), são ainda escassas as produções literárias que procuram redefinir a mediação cultural e a acessibilidade de forma interligada e que complexificam as concepções dos termos e seus usos.

Tal situação justifica e fomenta o desenrolar desta investigação, a partir da qual visamos contribuir para a constituição de aporte teórico relacionado à elaboração de uma base conceitual sobre a articulação temática em foco que permita redefinir nossas ações quando nos movermos na mediação cultural e na acessibilidade, reescrevendo os termos e seus usos tendo consciência de quais concepções poderão ser ativadas com base no sentido que damos aos termos em nossa prática.

Para isso, recorreremos aos marcos regulatórios e à legislação vigente publicados por diferentes organismos, nacionais e internacionais – que nos auxiliarão a entrar em consonância com o pensamento contemporâneo – e visitaremos publicações nacionais que apresentarão o posicionamento brasileiro relacionado aos termos – dentre elas estão aquelas encontradas no levantamento bibliográfico consideradas de importância, às quais serão acrescentados estudos de outros/as autores/as que nos auxiliarão a pensar os conceitos separadamente². Num primeiro momento os termos serão analisados independentemente entre si, para depois serem revistos quando aplicados conjuntamente no contexto brasileiro.

2 As ideias apresentadas na tese e dissertação de Sarraf (2008, 2013) serão retrabalhadas neste texto baseadas no livro que a autora publica em 2015, no qual congrega as duas produções acadêmicas anteriores.



Através da compreensão de algumas das diferentes concepções de mediação cultural e de acessibilidade que podem existir, importa-nos encontrar os sentidos em comum entre um e outro termo e como talvez um termo poderá potencializar a aplicabilidade do outro. Portanto, realizaremos aqui uma aproximação conceitual que poderá nos conduzir à percepção da mediação cultural como acessibilidade e da acessibilidade como mediação cultural, algo que descobriremos ser ou não possível no trilhar deste caminho reflexivo.

2 A MEDIAÇÃO CULTURAL COMO PALAVRAMUNDO³

Facilmente encontramos produção literária brasileira que trate da mediação cultural pensada a partir de estudos de caso, de estratégias e de abordagens adotadas em diferentes contextos culturais. Tais produções debruçam-se sobre a prática da mediação cultural e por vezes propõem posturas e direcionamentos para o mediador cultural como o agente responsável pela mediação – com frequência situando-o na área educativa – tal como podemos encontrar em Alencar (2008), Tavares (2011), Pinto (2012), Vilela (2012), Gil (2013), Martins (2014), Ribeiro (2014) e Michelin e Salazar (2015). Contudo, ainda são escassos os materiais que em suas análises constroem uma reflexão crítica e analítica sobre as concepções de mediação cultural assumidas em suas práticas. Assim, neste tópico iremos rever criticamente algumas noções que o termo mediação cultural suscita, pretendendo localizar aquelas que ajudem a compor a convergência que aqui procuramos com a acessibilidade.

Quando buscamos conceitualizar em profundidade a noção de mediação cultural, recorrentemente os materiais teóricos encontrados nos remetem para os estudos no campo das ciências da informação e comunicação. É nesta área que efetivamente se observa a mediação cultural como fenômeno contemporâneo, sendo muitos os autores de língua francesa que se dedicam a criar possíveis concepções para o termo desde os anos 1990, tal como é demonstrado em Costa (2009) e Perrotti e Pieruccini (2014). Tanto Costa (2009) quanto Perrotti e Pieruccini

3 Paulo Freire (2001) utiliza o termo “palavramundo” para se referir ao ato de ler que correlaciona a leitura da palavra à leitura do contexto no qual se faz imerso o sujeito leitor da palavra.



(2014) referem-se a um deles, Davallon (2007)⁴, que nos fala sobre a dificuldade em construir uma noção científica para a mediação cultural, uma vez que esta relaciona-se a práticas que acontecem em campos culturais distintos, envolve diferentes profissionais e trata-se de um caminho teórico ainda em formação. Esta pluralidade de usos fica evidente quando Costa (2009, p. 4) apresenta-nos a descrição contida na revista francesa, *L'Etudiant*, sobre o profissional mediador cultural como sendo aquele “encarregado da ação cultural, programador de espetáculos, animador cultural, assessor de imprensa...” e que, apesar de serem diferentes profissionais, “todos têm por missão favorecer o encontro entre as obras e o público”. Caso pensemos apenas acerca do termo mediação – sem o adjetivo cultural –, os territórios alcançados serão ainda mais vastos, como as esferas jurídicas e políticas, conotando conciliação, algo que se distancia da nossa abordagem neste texto.

Independente do contexto de aplicação, Davallon (2007, p. 10) afirma que é possível dizer que “a noção de mediação aparece cada vez que há necessidade de descrever uma acção implicando uma transformação da situação ou do dispositivo comunicacional, e não uma simples interacção entre elementos já constituídos”. Logo, do ponto de vista das ciências da informação e comunicação, a mediação corresponde a um processo comunicativo que se utiliza de um terceiro elemento através do qual a comunicação irá acontecer, não como transferência de informações e interação social – o que refletiria os modelos comunicativos de informação e interação, respectivamente –, mas como ativador das trocas sociais (DAVALLON, 2007). Aqui, fica claro que a mediação cultural pressupõe a circulação do profissional mediador num campo que rompe com a noção representacionista e bancária do conhecimento⁵, uma vez que não atuará apenas como canal ou meio de transmissão da mensagem, mas como agente social responsável pelas trocas sociais entre o texto lido – seja ele um objeto artístico, uma situação-problema, uma peça de teatro, entre outros – e o leitor.

4 Abriremos aqui uma exceção, pois a publicação de Davallon (2007) não foi realizada em território brasileiro, contudo, a referenciação constante das ideias deste autor em obras nacionais nos fez investigar suas concepções na fonte.

5 Representacionismo é a vertente epistemológica do conhecimento que compreende o ato de conhecer como processo através do qual a mente extrai do mundo as informações que nele residem. Portanto, conhecimento seria sinônimo de recepção passiva de informações. “Bancarismo” é o termo que Freire (2013) utiliza para criticar a educação pautada na memorização e imposição de conteúdos, como se os educandos fossem bancos de informações.



Apoiados neste terceiro elemento, Perrotti e Pieruccini (2014) propõem um modelo triádico da informação e comunicação, no qual atuam na produção de sentido o texto, o leitor e o mediador, salientando que a mediação cultural “é ação portadora de sentidos próprios que estão em relação com sentidos incrustados tanto nos objetos, como nos sujeitos culturais e seus respectivos contextos” (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014, p. 9). Afirmar que a mediação cultural cria sentidos reporta-a para um lugar ativo no processo comunicativo.

Neste enquadramento, quando Coutinho (2009, p. 172) critica a forma da mediação cultural por vezes exercida em espaços culturais como “visitas guiadas” com “concepção diretiva” que se pautam “no discurso informativo construído em torno das obras, um discurso absorvido da erudição dos historiadores, dos críticos e dos curadores”, pressupondo “um discurso unilateral e legitimador que afirma e confirma o lugar da obra e de seu autor – o artista – no mundo da arte”, coloca-se em xeque se este formato de mediação de fato se propõe a mediar, uma vez que para a autora tal *modus operandi* é “uma herança dos sistemas elitistas excludentes, que desconsideram uma possível autonomia de observação dos sujeitos que se vêem diante das obras obrigados a seguir com o olhar as indicações do guia” (COUTINHO, 2009, p. 172). O guia, nesta concepção, expõe e impõe significados ao invés de possibilitar a criação destes por parte dos leitores. Por isso tal guia foi também chamado de monitor do museu e das exposições: como uma televisão, é receptáculo e reproduzidor de informações.

Podemos constatar que essa vertente da mediação cultural, se olhada da perspectiva que trouxemos das ciências da informação e comunicação, não poderia ser chamada de mediação, uma vez que o terceiro elemento, o monitor que se posiciona entre o público e os objetos culturais, não ativa a produção de sentidos e interpretações, mas apenas reproduz discursos e informações, disseminando a ideia de que o ato de conhecer se dá como cópia e memorização de conteúdos.

Já para Darras (2009), as diferentes vertentes de mediação cultural são oriundas das várias concepções de cultura, justificando por que há posturas e propostas tão diversas no âmbito da mediação cultural. O autor define a mediação como “processos de acompanhamento semiótico que intervêm ao longo das



operações de difusão e de propagação de objetos culturais” (DARRAS, 2009, p. 37), situando a mediação como processos interpretativos que irão variar e existir no “cruzamento de quatro entidades: o objeto cultural mediado; as representações, crenças e conhecimentos do destinatário da mediação; as representações, crenças, conhecimentos e expertises do mediador e o mundo cultural de referência” (DARRAS, 2009, p. 37). Portanto, o profissional de mediação, na definição de Darras, é um agente produtor de sentido e a sua existência interfere no modo como a mediação será feita – vide a relevância que o contexto cultural do mediador e seu mundo cultural de referência exercem no ato da mediação –, tal como vimos com Davallon (2007), Perrotti e Pieruccini (2014). Porém, será determinante para a abordagem da mediação as noções de cultura atreladas nas quatro entidades acima mencionadas.

Assim, um mediador cultural que compreenda a cultura como sendo “os tesouros e as obras principais do patrimônio da humanidade” (DARRAS, 2009, p. 28) poderá classificar como incultura o que considerar que não se trata de cultura, assumindo um comportamento hierárquico e excludente. Já uma noção relacionada ao conceito de indústria cultural – que parte dos valores de mercado, consumo em massa e industrialização de bens culturais – irá oscilar mediante as gradações que esta der aos produtos culturais, onde os itens raros, históricos e novos pertencerão a uma elite econômica e outros itens serão selecionados para integrarem o mercado de consumo, por meio de reproduções que rapidamente perderão seu valor e deverão ser substituídas. Diferente posicionamento será o daquele que considerar a cultura a partir de uma perspectiva equânime, onde manifestações culturais ganham relevância por elas mesmas, sem bases comparativas e valorização que seja estabelecida entre uma e outra. Poderíamos adentrar diversas definições de cultura, mas por ora importa-nos salientar aquilo que Darras (2009) nos traz: o quanto a concepção de cultura, por parte do mediador cultural, irá desencadear determinadas posturas de mediação cultural.

Dentro da profusão de concepções de cultura, Darras (2009) aponta-nos o caminho da “metamediação”, através da qual é possível estabelecer uma atitude crítica perante as diversas noções de cultura, expondo contradições, complexidades



e oposições que visam “proceder à desconstrução e à reconstrução dos componentes da paisagem cultural” (DARRAS, 2009, p. 45). A “metamediação” – potencializada por abordagens distanciadas, dialéticas e dialógicas que “contribuem para o desenvolvimento da capacidade de pensar o fenômeno cultural na sua complexidade” (DARRAS, 2009, p. 45) –, possibilita também que os próprios mediadores construam reflexões críticas sobre as suas práticas e seus objetivos na esfera cultural, “assumindo e explorando as contradições que as suas ações atualizam” (DARRAS, 2009, p. 45).

Aprofundando este sentido autocrítico proposto por Darras (2009), nos deparamos com o desenvolvimento reflexivo de Bonito (2015). Baseando-se nos estudos de Martín-Barbero e situado no campo da comunicação social, o autor fala-nos da mediação como prática cultural, fazendo-nos perceber que no processo comunicativo concebido como mediação o foco não está nos meios e nem na recepção, mas sim na conscientização de que o tecido comunicativo é construído em relação intrínseca com o contexto cultural e político, resultando que “a lógica comunicativa é formada por um processo que decorre da cultura em diversas instâncias e tempos sociais diversos” (BONITO, 2015, p. 107). Tal concepção atenta-nos para o fato de que há hegemonias culturais que podem suplantar outras formas de culturas no processo comunicativo, sendo que cada uma das partes envolvidas traz consigo idiossincrasias no modo como foi constituída, ou seja, comportam contextos histórico-político-sociais específicos e que interferem no processo comunicativo.

O sentido da mediação que Bonito (2015) nos apresenta revela que não existe neutralidade e homogeneidade durante os processos comunicativos, tanto na produção quanto no produto e na recepção. Isto posto, cremos que uma “metamediação” ainda mais política e crítica, e que vise alcançar uma pluralidade de públicos e leituras de mundo, poderá ser aprimorada segundo aquilo que nos fala Bonito (2015) acerca das concepções de mediação de Martín-Barbero.

Contudo, quem são os agentes da mediação cultural? Seriam as instituições culturais? Os produtores? Os programadores? Os educadores? A depender do ponto de vista, todos eles e muitos outros poderão ser mediadores culturais, afinal



de contas, esse terceiro elemento existirá em diferentes instâncias. Independentemente da função social que assuma, aquilo que expusemos nos ajuda a delimitar o mediador cultural como um agente social que participa na produção de sentido, possibilita interpretações diversas, potencializa trocas sociais e reconstrói a sua própria noção de cultura no decorrer de sua prática. Fica também a evidência de que o posicionamento adotado dentro da mediação cultural poderá alterar por completo o rumo de nossas atuações.

3 ACESSIBILIDADE COMO PALAVRAMUNDO

Acessibilidade é um conceito que, diferentemente do termo “mediação cultural”, possui uma definição pautada em bases internacionais de referência e por este motivo a produção literária nacional admite certo consenso em seu uso. Oriundo do movimento de Inclusão Social (SARRAF, 2012), o termo e sua aplicação prática estão vinculados às lutas das pessoas com deficiência em âmbito nacional e internacional. Neste tópico refletiremos sobre o conceito de acessibilidade apoiados em marcos regulatórios, legislação vigente e produções literárias nacionais que nos ajudarão a expandir as concepções ao redor do termo.

Se o conceito de acessibilidade é concebido na luta das pessoas com deficiência, cabe-nos olhar, primeiramente, para as concepções relacionadas à ideia de deficiência de modo a compreender o contexto do qual a acessibilidade deriva. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD⁶, assinada em Nova Iorque em 2007 e promulgada pelo governo federal brasileiro em 2009, é uma referência fundamental que deve basear os discursos e as práticas relacionadas às pessoas com deficiência na atualidade. Nela, o conceito de deficiência é apresentado como resultante “da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (BRASIL, 2010, p. 21).

⁶ Para facilitar a escrita e a leitura do presente texto, a “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” será deste momento em diante mencionada na forma abreviada “CDPD”.



Podemos olhar com atenção para esta noção de deficiência por meio do “Relatório mundial sobre a deficiência” – publicado em 2011 pela Organização Mundial da Saúde e Banco Mundial, visando oferecer aos governos e à sociedade civil embasamento científico relacionado à deficiência. Este relatório reflete que a definição de deficiência proposta na CDPD representa uma “transição de uma perspectiva individual e médica para uma perspectiva estrutural e social”, em que se muda “de um ‘modelo médico’ para um ‘modelo social’” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; BANCO MUNDIAL, 2012, p. 4), sendo o “modelo médico” aquele que enquadra a deficiência a partir da perspectiva biológica e física do sujeito, atribuindo o quadro da deficiência à pessoa, enquanto o “modelo social” implica a percepção da deficiência com base na interação entre a pessoa com deficiência e o contexto de sua vida diária. Quanto mais existirem barreiras que impeçam a plena participação social da pessoa com deficiência, mais se constata a deficiência. Este relatório assume que o modelo biopsicossocial da deficiência é aquele que melhor poderá contribuir na promoção da inclusão social da pessoa com deficiência.

Como consequência, quando a CDPD, em seu artigo 1, caracteriza como sendo pessoas com deficiência aquelas que têm “impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2010, p. 26), afirma-se uma guinada perceptiva que passa a focar-se nas barreiras que impedem, limitam e restringem a plena participação das pessoas. Por este motivo, a CDPD, no artigo 9, irá apresentar a acessibilidade da seguinte maneira

A fim de possibilitar às pessoas com deficiência **viver de forma independente e participar plenamente** de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às **pessoas com deficiência** o acesso, em **igualdade de oportunidades** com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a **identificação** e a **eliminação de obstáculos e barreiras** à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a: [...]. (BRASIL, 2010, p. 34, grifo nosso)



Portanto, a noção de acessibilidade trazida na CDPD visa a promoção da vida autônoma e independente da pessoa com deficiência, almejando que ela possa ter acesso e participar plenamente da sociedade em suas várias esferas, sendo que para se alcançar a acessibilidade é necessária a eliminação das barreiras e dos obstáculos existentes.

Como conceito em transformação, a noção de acessibilidade que encontramos na legislação nacional difere em alguns pormenores desta que acabamos de expor. Ao olharmos para a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), com redação atualizada em 2015, também conhecida como Lei da Acessibilidade, e para a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI⁷, verificaremos que o termo acessibilidade é definido em ambas como

Possibilidade e condição de alcance para **utilização**, com **segurança e autonomia**, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por **pessoa com deficiência** ou **com mobilidade reduzida**. (BRASIL, 2000, 2015, grifo nosso)

Nesta definição, tanto a ideia de autonomia quanto a de segurança passam a caracterizar o acesso e a utilização almejados. Além disso, acrescentou-se o grupo de mobilidade reduzida⁸ como mais um foco da acessibilidade. Tal diferenciação apresenta-se como um aprimoramento do conceito e permite constatar que as discussões provocadas pelo movimento das pessoas com deficiência

7 Também para facilitar a escrita e a leitura do presente texto, a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência” será deste momento em diante mencionada na forma abreviada “LBI”.

8 A LBI define a “pessoa com mobilidade reduzida” como “aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso” (BRASIL, 2015).



também beneficiam outras parcelas da sociedade. Porém, na legislação brasileira deixou-se de referir à igualdade de oportunidades, sendo que esta menção também ajudaria a compor as características do tipo de acesso visado com a acessibilidade.

De maneira igualmente diferenciada e aprimorada, a LBI apresenta-nos a definição de “barreiras” – algo que na CDPD não aparece discriminado – como sendo

Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros [...].
(BRASIL, 2015)

Vale a pena compararmos esta definição com aquela encontrada na primeira redação da Lei da Acessibilidade, que diz que barreira é “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas” (BRASIL, 2000). Pode-se notar que nesta antiga redação a noção de barreira estava identificada com impedimentos físicos que a pessoa com deficiência poderia enfrentar, uma vez que o texto sinaliza a importância no acesso, na movimentação e na circulação da pessoa. Esta compreensão de barreira também corresponderá a um entendimento da acessibilidade como restrita às adaptações físicas pelas quais edifícios, espaços públicos e meios de transportes necessitam sofrer. Da mesma forma verificamos habitualmente que a sociedade civil considera que a acessibilidade se dá tão-só e apenas através das modificações nos acessos físicos dos ambientes. Tal noção simplista e descontextualizada felizmente foi ultrapassada no campo da legislação, uma vez que na LBI as barreiras também existem nas atitudes, nos comportamentos e no aspecto comunicacional.

Desdobrando ainda mais a noção de acessibilidade, Sasaki (2009) propõe classificá-la a partir de seis dimensões que representam domínios dos quais as barreiras devem ser eliminadas para que o acesso, por parte das pessoas com deficiência, seja efetivo. O autor define as seis dimensões como



Arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras nos instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência). (2009, p. 10)

Estas seis dimensões nos dão um olhar mais complexo e integral da acessibilidade, uma vez que derivam das diferentes situações diárias nas quais a pessoa com deficiência se depara com limitações e impedimentos à sua participação. Portanto, compreender e buscar concretizar a acessibilidade por meio de tais dimensões confere caráter técnico em sua aplicabilidade e evidencia que cumprir com apenas uma dimensão da acessibilidade não corresponde a uma acessibilidade plena.

Já Sarraf (2015) retoma o termo acessibilidade e sua origem histórica atrelada ao Movimento Internacional de Inclusão Social, criticando o uso comumente feito em que se associa a acessibilidade apenas e exclusivamente às pessoas com deficiência ou aos grupos e públicos ditos “especiais”. Para Sarraf (2015, p. 64) – que pensa especificamente a acessibilidade em museus e cujos contributos conceituais iremos retomar no tópico seguinte – os benefícios da acessibilidade “não devem configurar atendimento especial, pois a exclusão dos demais públicos é considerada inadequada pelos conceitos de inclusão social que pressupõe o convívio das diferenças e não o estabelecimento de ambientes e produtos exclusivos”. Dessa forma, para a autora “a acessibilidade pode ser compreendida como uma forma de concepção de ambientes que considera o uso de todos os indivíduos, independente de suas limitações físicas e sensoriais” (SARRAF, 2015, p. 65). Sarraf defende a sua postura com base em uma análise crítica que faz sobre a acessibilidade existente nos espaços culturais, a partir da qual afirma que “a acessibilidade e a comunicação sensorial são indispensáveis e fundamentais para que as pessoas, independente de suas idades, condições físicas e sensoriais, sintam-se pertencentes aos espaços culturais” (SARRAF, 2015, p. 222), uma vez que a comunicação sensorial – desenvolvida sobretudo para a pessoa com



deficiência – estimula “a percepção por meio dos diversos sentidos” e desta maneira “não pressupõe conhecimentos intelectuais, domínio de linguagens ou idiomas e familiaridade com ofertas culturais” (SARRAF, 2015, p. 224). Segundo a autora, a comunicação sensorial “tem o poder de envolver e cativar toda a diversidade de públicos, privilegiando suas múltiplas inteligências e aptidões” (SARRAF, 2015, p. 224), fazendo com que um recurso acessível que nasce voltado para o público com deficiência tenha a sua utilização expandida para o público sem deficiência, potencializando a participação e inclusão cultural também deste último.

Ao endereçar a acessibilidade a todas as pessoas, por um lado, Sarraf (2015) redireciona o termo para o seu objetivo inicial, que seria possibilitar a inclusão social, por outro, parece convergir na noção de acessibilidade a ideia de desenho universal⁹, tirando a especificidade contida tanto na CDPD quanto na legislação nacional citada, que remete a acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Neste tópico vimos o quanto o conceito de acessibilidade vem passando por transformações, ajustes e aperfeiçoamentos ao longo dos anos, o que demonstra uma reflexão crítica constante e uma atualização da concepção baseada nas limitações e contradições que vão sendo reconhecidas em seus contextos de uso. Tal postura de redefinição do termo, sem desconsiderar todo o processo afirmativo que lhe deu origem, parece-nos essencial para “reconhecer que a história é tempo de possibilidade e não de determinismo” (FREIRE, 2013, p. 20) e que, tal como acontece com relação à mediação cultural, o modo como nos situamos frente à acessibilidade irá desencadear mudanças em nossas práticas e visões de mundo.

9 A LBI define o desenho universal como “concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva” (BRASIL, 2015).



4 APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Uma vez que tenhamos nos aproximado da compreensão da acessibilidade como forma de possibilitar a plena participação das pessoas – com ou sem deficiência – na vida em sociedade em igualdade de oportunidades e que concebamos a mediação cultural como processo através do qual o mediador – como elemento existente entre o texto e o leitor – potencializa trocas sociais e a criação de sentidos e interpretações por parte do leitor, cabe-nos pensar como estas concepções podem cruzar-se e convergir quando aplicadas ao contexto brasileiro.

Apesar da vasta abrangência profissional que vimos ser possível dentro da mediação cultural, a publicação “Conceitos-chave de Museologia” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 2013), realizada pelo Conselho Internacional de Museus – ICOM¹⁰, vem afirmar que no Brasil a figura do mediador está vinculada ao profissional que desenvolve as atividades educativas em relação direta com o público, e, portanto, enquadra-se na função pedagógica do museu. Devido a este contexto específico de uso do termo “mediador”, focalizaremos o nosso olhar para o museu como lugar onde a mediação cultural e a acessibilidade poderão se cruzar.

Tendo em conta tal direcionamento, quando analisamos a Declaração de Caracas – também publicada pelo ICOM (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 1999) visando orientar a prática dos museus da América Latina –, verificaremos que ela representa um marco na concepção do museu como espaço que colabora no desenvolvimento regional, por meio da comunicação e das trocas sociais que estabelece com a comunidade onde se localiza. Do âmbito de considerações e recomendações descritas nesta declaração, salientamos as seguintes

[...] que como signos da linguagem museológica, **os objectos** não têm valor em si mesmos, mas **representam valores e significados nas diferentes linguagens culturais em que se encontram imersos**; [...] que o museu deve reflectir as diferentes linguagens

10 Mais uma vez, visando facilitar a escrita e a leitura do presente texto, o “Conselho Internacional de Museus” será deste momento em diante mencionado na forma abreviada “ICOM”.



culturais em sua acção comunicadora, permitindo a emissão e a recepção de mensagens com base nos **códigos comuns** entre as instituições e seu público, **acessíveis** e **reconhecíveis** pela maioria; [...] que o processo de comunicação não é unidirecional, mas um processo interactivo, um diálogo permanente entre emissores e receptores, que contribui para o desenvolvimento e o enriquecimento mútuo, e evita a possibilidade de manipulação ou imposição de valores e sistemas de qualquer tipo; que os modelos tradicionais da linguagem expositiva privilegiam em seus discursos as perspectivas científicas e académicas das disciplinas correspondentes à natureza de suas colecções, usando códigos alheios à maioria do público; [...] que **o museu é um importante instrumento no processo de educação permanente do indivíduo**, contribuindo para o desenvolvimento de sua inteligência e capacidades crítica e cognitiva, assim como para o **desenvolvimento da comunidade**, fortalecendo sua identidade, consciência crítica e auto-estima, e enriquecendo a qualidade de vida individual e colectiva; que **não pode existir um museu integral**, ou integrado na comunidade **se o discurso museológico não utilizar uma linguagem aberta, democrática e participativa**; [...] que se levem em conta os diferentes modos e níveis de leitura dos discursos expositivos por parte dos múltiplos sectores do público, buscando **novas formas de diálogo**, tanto no **processo cognitivo** como no **aspecto emocional e afectivo** de apropriação e, internalização de valores e bens culturais. (INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS, 1999, p. 251-253, grifo nosso)

Tais reconhecimentos e recomendações evidenciam que o museu tem sua pertinência relacionada ao lugar onde se localiza e à comunidade sociocultural da qual emerge. A constatação de que tradicionalmente os museus adotam linguagens expositivas que se afastam da maioria do público – dificultando o acesso, a leitura, a apropriação e o próprio processo comunicativo entre os objetos museais e as pessoas – torna-se uma afirmação que revê o papel social até então praticado pelos museus. Nesta nova postura, busca-se a efetivação de um museu que não tenha como fim os objetos museais descontextualizados e com validade por si mesmos, mas sim, que a ação museológica, em sua função educativa declarada, aproxime, coloque em diálogo e potencialize a construção de significados na relação entre público e objetos museais.

Vemos então que com a Declaração de Caracas o museu se afirma como mediador cultural, uma vez que adota para si uma função comunicativa e educativa que não é impositiva e unidirecional, mas sim participativa, dialógica e que gera



enriquecimento mútuo – aproximando-se da “metamediação” que conhecemos com Darras (2009). Do mesmo modo, quando se coloca a importância de se utilizar códigos comuns, acessíveis e reconhecíveis pela maioria e que se utilize novas formas de diálogo relacionadas aos processos cognitivos, emocionais e afetivos – assim como Sarraf (2015) propõe –, notamos que o museu visa possibilitar que todas as pessoas possam participar, usufruir e colaborar na constituição do museu, assumindo-se como ambiente que objetiva a acessibilidade plena.

Podemos contrapor a Declaração de Caracas àquilo que Barbosa (2009) nos apresenta acerca da mediação cultural e Sarraf (2015) no aspecto da acessibilidade. A primeira autora diz-nos que “o prestígio dos departamentos de educação dos museus de arte é muito recente, embora ainda haja enorme resistência por parte de curadores, críticos, historiadores e artistas à idéia do museu como instituição educacional” (BARBOSA, 2009, p. 14). Diferentemente do que encontramos na Declaração de Caracas, esta afirmação expõe que o objetivo de conceber o museu com uma função comunicacional e educativa ainda está para se consolidar, uma vez que parte das equipes de profissionais que constituem as instituições museais ainda as enxergam de um ponto de vista do culto ao objeto, do discurso acadêmico e da cultura hegemônica. Talvez por este motivo, no cenário brasileiro, a mediação cultural seja predominantemente entendida como responsabilidade restrita da ação educativa do museu, tal como vimos anteriormente, por ser este o departamento que se abre ao diálogo com o público.

A partir de uma investigação que apresenta uma análise da acessibilidade empregada em espaços culturais brasileiros, Sarraf (2015) constata que

Na maioria dos espaços culturais brasileiros que se intitulam acessíveis, as adequações oferecidas se limitam à **acessibilidade física**, compreendida como eliminação de barreiras arquitetônicas. Nesses espaços, a acessibilidade não é considerada universal, o que envolve a comunicação, o acesso à informação e à inclusão social praticada nas relações sociais. Nos demais espaços, a **acessibilidade é** compreendida no âmbito das áreas de **educação e ação cultural**, em programas especiais ou inclusivos, mas que se limitam a incluir os **públicos não usuais** em atendimentos educativos e eventos esporádicos, relegando o acesso ao patrimônio aos departamentos de educação [...]. Com essa postura, as



instituições cumprem sua responsabilidade social, mas não contribuem para o desenvolvimento da acessibilidade cultural em campo ampliado. (SARRAF, 2015, p. 74, grifo nosso)

Tal qual acontece no quadro da mediação cultural, com Sarraf observamos que as medidas de acessibilidade ficam muitas vezes delegadas às esferas educativas das instituições culturais, ou então se restringem à dimensão da acessibilidade arquitetônica, que, como vimos, não corresponde à acessibilidade plena (SASSAKI, 2009). Restringir a acessibilidade à ação educativa e à arquitetura é desconsiderar todos os outros setores do museu que colaboram na constituição das dimensões da acessibilidade na instituição cultural e que provavelmente representam barreiras para a plena participação dos públicos. Como vimos, sem a eliminação das barreiras existentes no meio não alcançaremos uma condição de acessibilidade. Esta constatação distancia-se, mais uma vez, das proposições presentes na Declaração de Caracas.

Por este motivo, consideramos ser necessário estender tanto a noção de mediação cultural quanto a de acessibilidade às outras instâncias do museu para além das ações educativas. Nesse âmbito, Tojal (2007, p. 96) nos aponta para as ideias de “mediação indireta”, sendo esta “toda a forma de comunicação previamente concebida para aquele espaço expositivo (seleção dos objetos, textos, etiquetas, montagem, iluminação, recursos de apoio, multimeios, entre outros)”, e “mediação direta”, que é “desempenhada pela ação educativa, contando com a participação do profissional educador e o público durante a sua visita à exposição”. Logo, tanto nas situações de “mediação indireta” – realizada por uma equipe interdisciplinar composta por historiadores, curadores, designers, arquitetos, artistas, educadores, cientistas, entre outros –, quanto nas de “mediação direta” – efetuada pelo educador que está presencialmente entre o objeto e o público – o museu atuaria como espaço de mediação cultural e acessibilidade, deixando de encarregar apenas um de seus departamentos como estando socioculturalmente comprometido com o público.

No mesmo sentido, Avelar (2014, p. 39) aponta para o fato da relação entre as identidades culturais dos públicos e dos museus ser uma barreira que



compromete o acesso, uma vez que “o acesso passa pela transposição de barreiras materiais e simbólicas”. A autora sugere que a acessibilidade deve residir também na gestão participativa que os museus deveriam adotar como uma postura de maior diálogo com os públicos, deixando-se alterar pela pluralidade identitária que indivíduos e comunidades podem manifestar. Por esta proposta podemos compreender que não apenas os conteúdos apresentados e acessados pelos públicos seriam o foco da mediação cultural e da acessibilidade, mas a lógica e as práticas por trás dos processos de discussão, seleção e construção dos próprios conteúdos poderão ser efetivadoras da mediação cultural e da acessibilidade num campo alargado.

Perceber a mediação cultural e a acessibilidade como um modo de ser, de estar e de atuar para além dos setores educativos irá possibilitar que os museus no Brasil se transformem de maneira integral, visando o acolhimento de todos os públicos e não apenas de alguns, dessa forma solidificando sua função comunicativa e educativa e favorecendo a criação do fortalecimento identitário e cultural das comunidades e dos indivíduos com e sem deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: MEDIAÇÃO CULTURAL COMO ACESSIBILIDADE? ACESSIBILIDADE COMO MEDIAÇÃO CULTURAL?

Ao longo deste artigo vimos que os termos mediação cultural e acessibilidade tem seus sentidos e usos modificados mediante os contextos e perspectivas a partir dos quais são empregados. Freire foi trazido na epígrafe deste texto para nos lembrar que os pontos de vista, os contextos e os posicionamentos importam, pois o nosso mover-nos no mundo não pode se dar sem reflexão crítica sobre a prática, nem sem a consciência da responsabilidade sobre as consequências que esta existência no mundo desencadeia. Assumirmo-nos como seres históricos e condicionados – seja por limitações físicas, sociais ou culturais – é aceitar que condicionamentos e barreiras que impedem a nossa plena participação na vida da sociedade existem, mas que somos capazes de transformar os contextos e a nós mesmos por meio da reflexão crítica sobre a prática e pela prática em si.



Não sendo nosso objetivo esgotar o universo de possibilidades de concepções analisadas, foram aqui trazidas aquelas que consideramos, neste momento, relevantes para a aproximação conceitual pretendida por representarem uma parcela das compreensões contemporâneas sobre a articulação temática mediação cultural e acessibilidade. O levantamento bibliográfico realizado no início da investigação deixou de fora, devido aos seus critérios de análise e seleção, uma série de produções que, se explicitamente não desenvolviam pensamento conceitual e crítico sobre os termos aqui enfocados, a realização de uma análise qualitativa dessas publicações poderia possibilitar a emergência de tantas outras concepções implícitas em suas investigações. Eventualmente um mapeamento profundo através de revisão sistemática de literatura poderá fornecer uma visualização detalhada daquelas que são as concepções sobre os termos em território nacional. Porém, não sendo este o escopo do presente estudo, fica aqui assinalado um caminho potencial a ser percorrido pela comunidade acadêmica e científica, pois tal investigação certamente irá colaborar para um entendimento rigoroso do estado da temática no Brasil.

A aproximação conceitual que fizemos nos conduz a um último cruzamento e expansão de concepções cuja ideia deixamos aqui esboçada: se compreendermos a mediação cultural como acessibilidade, assumiremos que todo ato e proposta de mediação cultural possuirá o objetivo de efetivar a plena participação das pessoas, com ou sem deficiência, na vida cultural em igualdade de oportunidades; por outro lado, o entendimento da acessibilidade como mediação cultural explicitará que cada eliminação de barreira visando a acessibilidade será um ato de mediação, uma vez que no momento em que algo se torna acessível para alguém os processos comunicativos entre este algo e a pessoa serão estabelecidos, abrindo espaço para que os sujeitos concebam as suas próprias interpretações das coisas, conferindo-lhes sentidos e assim possibilitando que afirmem-se e consolidem-se como sujeitos culturais.

Juntas, mediação cultural e acessibilidade potencializarão a participação das pessoas na vida cultural das sociedades, contribuindo para a formação identitária e levando à inclusão sociocultural de indivíduos e comunidades.



6 REFERÊNCIAS

ALENCAR, Valéria Peixoto de. **O mediador cultural**: considerações sobre a formação e profissionalização de educadores de museus e exposições de arte. 2008. 97 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/86980>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

AVELAR, Thais Fernanda Alves. **Espaços museológicos**: a questão do acesso pela ótica das identidades culturais. 2014. 367 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-16032015-151959/pt-br.php>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BARBOSA, Ana Mae. Mediação cultural é social. In: BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão (Org.). **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 13-22.

BONITO, Marco Antonio. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível**: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil. 2015. 347 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4834>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopessoacomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 2000. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 04 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 jul. 2015. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 26 ago. 2017.

COUTINHO, Rejane Galvão. Estratégias de mediação e a abordagem triangular. In: BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão (Org.). **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 171-185.

COSTA, Leonardo Figueiredo. Um estudo de caso sobre a mediação cultural. In: V ENECULT, 2009, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19356.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.



DARRAS, Bernard. As várias concepções de cultura e seus efeitos sobre os processos de mediação cultural. Tradução de Silvana Bernardes Rosa, Maria-Lucia Batezat Duarte, Dannyelle Valente, Lucia Le Menn e Claire de Oliveira. In: BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão (Org.). **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 23-52.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? Tradução de Maria Rosário Saraiva. **Revista PRISMA.COM**, Porto, n. 4, p. 3-36, 2007. Disponível em: <<http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/view/645>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 47ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 41ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Ana Lúcia Oliveira Fernandez. **O corpo-cego na arte: experiências estéticas e reflexivas no contexto de instituições culturais**. 2013. 189 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Flonianoópolis, 2013. Disponível em: <<http://tede.udesc.br/tede/tede/772>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS. Declaração de Caracas. Tradução de Maristela Braga. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 15, n. 15, p. 243-265, 1999. Disponível em: <<http://www.ibermuseum.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-de-caracas.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. **Conceitos-chave de museologia**. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, 2013. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Conceitos-ChaveMuseologia_pt.pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.

MARTINS, Mirian Celeste. Mediações culturais e contaminações estéticas. **Revista GEARTE**, v. 1, n. 2, p. 248-264, ago., 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/gearte/article/view/52575>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

MICHELON, Francisca Ferreira; SALASAR, Desirée Nobre. Uma memória para tocar e ouvir: mediação e acessibilidade no Memorial do Anglo. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 36-45, jan./abr., 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5069108>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; BANCO MUNDIAL. **Relatório mundial sobre a deficiência**. Tradução de Lexicus Serviços Lingüísticos. São Paulo: SEDPcD, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2017.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, mai./ago., 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

PINTO, Julia Rocha. O Papel social dos museus e a mediação cultural: conceitos de



Vygotsky na arte-educação não-formal. **Palíndromo**, v. 4, n. 7, p. 81-108, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/palindromo/article/view/3341>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

RIBEIRO, Guilhermina Guabiraba. **A mediação museológica**: formação de mediadores para promoção de acessibilidade universal no Museu Nacional. 2014. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Acessibilidade Cultural) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.medicina.ufrj.br/acessibilidadecultural/sitenovo/wp-content/uploads/2014/07/TCC-Guilhermina-1407.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

SARRAF, Viviane Panelli. **Acessibilidade em espaços culturais: mediação e comunicação sensorial**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2015.

_____. **A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros**: estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/4518>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

_____. Acessibilidade para pessoas com deficiência em espaços culturais e exposições: inovação no design de espaços, comunicação sensorial e eliminação de barreiras atitudinais. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer (Org.). **Acessibilidade em ambientes culturais**. Porto Alegre: Marca Visual, 2012, p. 16-37. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3024706/mod_resource/content/1/acessibilidade-em-ambientes-culturais-eduardo-cardoso-e-jeniffer-cuty-orgs.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. **Reabilitação do Museu**: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-17112008-142728/pt-br.php>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação** (Reação), São Paulo, Ano XII, p. 10-16, mar./abr., 2009. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319>. Acesso em: 09 out. 2017.

TAVARES, Liliana Barros. Mediação inclusiva: acessibilidade para as pessoas com deficiência nos espaços de disseminação artística e cultural. **Revista Brasileira de Tradução Visual**, v. 9, n. 9, 2011. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33679854/mediacao_inclusiva.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1526579586&Signature=gw%2B9sgpepetEvXvzKucQOfgVclY%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMediacao_inclusiva_acessibilidade_comuni.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus**. 2007. 322 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-19032008-183924/pt-br.php>>. Acesso em: 21 ago. 2017.



_____. Política de acessibilidade comunicacional em museus: para quê e para quem? **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 190-202, out./nov., 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/16629>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

VILELA, Teresinha Maria de Castro. **Ensino de artes visuais e espaços expositivos: limites e possibilidades nas escolas públicas de Cabedelo**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/3884>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

Recebido em 14 de Dezembro de 2017

Aprovado em 20 de Maio de 2018

Quadro 1. Relação entre bases de dados pesquisadas e produções científicas encontradas em maio de 2018.

Bases de dados	Quantidade	Produção científica encontrada
Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)	7	<p>AVELAR, Thais Fernanda Alves. Espaços museológicos: a questão do acesso pela ótica das identidades culturais. 2014. 367 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.</p> <p>BONITO, Marco Antonio. Processos da comunicação digital deficiente e invisível: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil. 2015. 347 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.</p> <p>GIL, Ana Lúcia Oliveira Fernandez. O corpo-cego na arte: experiências estéticas e reflexivas no contexto de instituições culturais. 2013. 189 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.</p> <p>SARRAF, Viviane Panelli. Reabilitação do Museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. 2008. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.</p> <p>SARRAF, Viviane Panelli. A comunicação dos sentidos nos espaços culturais brasileiros: estratégias de mediações e acessibilidade para as pessoas com suas diferenças. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.</p>



		VILELA, Teresinha Maria de Castro. Ensino de artes visuais e espaços expositivos: limites e possibilidades nas escolas públicas de Cabedelo. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
		TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. Políticas públicas culturais de inclusão de públicos especiais em museus. 2007. 322 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
Scielo	0	
Google Acadêmico	4	
		MICHELON, Francisca Ferreira; SALASAR, Desirée Nobre. Uma memória para tocar e ouvir: mediação e acessibilidade no Memorial do Anglo. Revista Conexão UEPG , Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 36-45, jan./abr., 2015.
		RIBEIRO, Guilhermina Guabiraba. A mediação museológica: formação de mediadores para promoção de acessibilidade universal no Museu Nacional. 2014. 92 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Acessibilidade Cultural) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
		TAVARES, Liliana Barros. Mediação inclusiva: acessibilidade para as pessoas com deficiência nos espaços de disseminação artística e cultural. Revista Brasileira de Tradução Visual , v. 9, n. 9, 2011.
		TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. Política de acessibilidade comunicacional em museus: para quê e para quem? Revista Museologia & Interdisciplinaridade , Brasília, v. 4, n. 7, p. 190-202, out./nov., 2015.

Fonte: Elaborado pela autora.